ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DO NEGRO EM LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA

Ana Flávia Borges de Oliveira
Universidade Federal de Uberlândia – UFU
E-mail: anaflaviaborges97@hotmail.com

Adriany de Ávila Melo Sampaio
Universidade Federal de Uberlândia – UFU
E-mail: adrianyavila@gmail.com

Resumo:
Este artigo é parte de uma pesquisa bibliográfica de um Trabalho de Conclusão de Curso apresentada em 2019, cujo objetivo foi analisar a representação da África e do povo africano, por meio de imagens contidas em duas coleções de Livros Didáticos aprovados no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) de 2014. Para essa análise, foram escolhidos os livros do 8° ano do Ensino Fundamental. Os parâmetros utilizados para a análise da representação foram: a) a Lei Federal 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio; b) a valorização da cultura africana e afrodescendente; c) potencialidade de combate ao racismo. Pelo referencial teórico investigado, percebeu-se que o negro tem sido representado de forma inferiorizada no âmbito educacional, sendo a Lei 10.639/2003 responsável por construir uma outra representação ao negro, dessa vez desvinculada da subalternização. Porém, após a análise dos Livros Didáticos em estudo, verificou-se que, mesmo com a lei, houve uma pequena mudança na representação da imagem do negro que contribuiu, em parte, para a desconstrução do racismo, da invisibilidade e subalternização do povo negro. Desse modo, considerando o livro uma ferramenta pedagógica, é necessário entender e reconhecer a história do sujeito negro e seus descendentes como integrantes da formação da cultura brasileira, de forma crítica e reflexiva, e, por meio do ensino de Geografia da África, trazer ideias e práticas antirracistas, associado a projetos pedagógicos que promovam a pluralidade e a igualdade racial para todos.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Lei 10639/2003; Representação Social.

Introdução

O Livro Didático de Geografia é um importante material educacional usado para a formação de estudantes, de modo a transmitir informações e construir conhecimentos. A Lei 10639/2003 possibilita que esse material se torne um instrumento capaz de romper com os discursos que inferiorizam o Continente Africano, por meio da inserção e da revisão dos

conteúdos. Todavia, esse é um exercício a ser realizado, pois ainda existem omissões e depreciações em relação ao povo negro.

Neste artigo, será abordada a questão étnico-racial, especificamente sobre os povos africanos e afrodescendentes, na disciplina de Geografia, bem como desconstruir os estereótipos criados a respeito do Continente Africano. A ideia não é questionar a eficácia do Livro Didático de Geografia, mas sim analisar se os conteúdos estão de acordo com a execução da Lei 10639/2003, a qual busca a igualdade racial na educação do Brasil.

Após a promulgação da Lei 10639/2003, surge a necessidade de revisar os conteúdos e materiais didáticos com a intenção de alterar a representação do negro e da África nos Livros Didáticos, pois durante muitos anos, inúmeros livros ainda traziam conteúdos eurocêntricos e imagens estereotipadas do negro, associadas ao trabalho escravo ou de servidão e de um continente pobre e selvagem, reforçando o racismo e a discriminação contra essa população negra e africana.

A partir dessa questão, será apresentado a análise de dois Livros Didáticos de Geografia do 8° ano do Ensino Fundamental, de duas coleções, aprovadas no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) de 2014. Na época em que a pesquisa foi realizada, o critério de escolha do PNLD de 2014, levou-se em consideração o acesso e a atualidade do material publicado após a Lei 10639/2003, o que pode evidenciar os avanços e retrocessos em relação aos conteúdos que combatam o racismo. Os livros didáticos que foram aprovados em PNLD de 2020 serão analisados na pesquisa de Dissertação do Mestrado.

Optou-se por não identificar as obras analisadas, sendo assim, foram nomeadas de Coleção A e Coleção B, com a intenção de investigar se, após a implementação da Lei, houve mudanças no modo que o negro foi retratado no livro de Geografia e, ao mesmo tempo, analisar se o que está sendo abordado contempla a proposta da Lei, atentando aos capítulos específicos sobre a África e observando as imagens utilizadas nesses materiais.

O artigo está estruturado em dois momentos: o primeiro aborda a implementação da Lei 10639/2003 nos Livros Didáticos de Geografia; no segundo, a apresentação da análise da representação do negro nos Livros Didáticos em relação às imagens e, por fim, as considerações a respeito da pesquisa.

Aplicação da Lei 10639/2003 no Livro Didático de Geografia

A Lei 10639/2003, após sua promulgação, pode ser considerada como ferramenta de combate ao racismo na educação. No entanto, ela não deve se restringir ao ensino de História ou Literatura, e sim contemplar todas as disciplinas do currículo escolar. No Livro Didático de Geografia, a Lei pode se destacar ao romper com os conteúdos eurocêntricos presentes, pois é nessa disciplina que se aprende sobre a formação brasileira, sobre o Continente África e, por isso, possui grande potencial para ampliar as visões de mundo.

> A Lei 10639/2003 reposiciona o negro e as relações raciais na educação – transformando em denúncia e problematização o que é silenciado (como, p. ex., o racismo no cotidiano escolar), chamando a atenção para como conhecimentos aparentemente "neutros" que contribuem para a reprodução de estereótipos e estigmas raciais e para o racismo. A lei 10.639 nos coloca o desafio de construir uma educação para a igualdade racial, uma formação humana que promova valores não racistas (SANTOS, 2011, p. 5).

A Geografia, além de ser ferramenta de uma educação para a igualdade racial, pode contribuir com o ensino da História e da Cultura Afro-brasileira, desconstruindo conteúdos que transmitam preconceitos e estereótipos, reconhecendo a África como parte da cultura e da história da população brasileira. Dessa maneira, como observa Santos (2011):

> Os conteúdos apontados pela Lei têm como objetivo intervir na formação das visões de mundo constituídas no ensino escolar, mas eles não cumprem esta função se não estiverem articulados a uma releitura do todo dos conteúdos escolares. Nesse sentido, falar de África é fundamental, mas não é suficiente se não fizermos uma desconstrução das narrativas que estruturam as leituras de totalidade-mundo, o que implica revisões conceituais, revisões de estruturas, enfim: inserção de conteúdos, mas também a revisão de conteúdos (SANTOS, 2011, p. 14).

Antes da implementação da Lei no currículo escolar, alguns livros traziam manifestação explícita de racismo aos negros, ora mencionados de forma inferiorizada, ora de forma invisibilizada (OLIVEIRA, 2017). É preciso uma transformação nas práticas de ensino e a descolonização do currículo, para que as relações étnico-raciais sejam inseridas no cotidiano escolar. Para isso, é necessária a formação de professores antirracistas, capazes de refletirem com olhar mais crítico as culturas que foram e ainda são depreciadas nos currículos.

Diante disso, para que ocorra a formação de professores na perspectiva antirracista, torna-se primordial enxergar o racismo presente nos textos, nas falas, nas imagens, nos livros como um todo, nos meios de comunicação e em todo tipo de veiculação de conhecimento. Com o intuito de romper com os conhecimentos eurocêntricos reproduzidos há séculos, a descolonização e decolonização dos currículos são teorias que ajudam a identificar o pensamento racista.

Nos dizeres de Passos (2019, p. 200), pensar no processo de decolonização do currículo é "constituir novos lugares de fala no currículo, é legitimamente decolonial ao teorizar e praticar um projeto político, epistemológico e ético que expõe as motivações, os fundamentos e as heranças do processo moderno/colonial, como as colonialidades, enquanto cicatrizes que perduram, através de suas múltiplas esferas". Segundo os autores Munsberg, Frichs e Silva (2019, p. 594), "postula-se que a decolonização do currículo escolar deva trilhar 'caminhos outros' na/para a formação docente e discente, com objetivos, programas e práticas pedagógicas educativas diferentes do que é praticado em muitas instituições de ensino de todos os níveis no Brasil".

Os povos não brancos foram silenciados e obrigados a aceitarem condições desumanas de sobrevivência. Ao mesmo tempo, foram explorados em seus amplos conhecimentos técnicos em diversas áreas econômicas e culturais para a formação do Brasil como nação. Todavia, ao lado da resignação para a sobrevivência, sempre houve a resistência cultural e política dos homens e mulheres negros (OLIVEIRA; SAMPAIO, 2022).

De acordo com Gomes (2012, p. 102), "[...] descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar". Segundo a autora:

> É nesse contexto que se encontra a demanda curricular de introdução obrigatória do ensino de História da África e das Culturas Afro-Brasileiras nas escolas da educação básica. Ela exige mudança de práticas e descolonização dos currículos da educação básica e superior em relação à África e aos afro-brasileiros. Mudanças de representação e de práticas. Exige questionamento dos lugares de poder. Indaga a relação entre direitos e privilégios arraigada em nossa cultura política e educacional, em nossas escolas e na própria universidade (GOMES, 2012, p. 100).

A descolonização do currículo não é somente repensar o conteúdo hegemônico, mas também reconstruir o pensamento e pensar em novas ideias de cultura e identidade de um

mundo contemporâneo, tornando esse currículo mais humano e visível. Com base nessa discussão, segundo Caprini, Aroeira e Serafim (2021),

> [...] pensar em descolonizar os currículos e formações docentes é problematizar questões já cristalizadas na escola, [...] é também trazer as culturas negadas para o cotidiano escolar, [...] é necessário descolonizar pensamentos equivocados e valorizar a cultura e identidade locais marcadas pela presença africana e indígena (CAPRINI; AROEIRA; SERAFIM, 2021, p. 97-98).

Os autores, na citação, trazem a importância de formar professores reflexivos que sejam capazes de trabalhar essas culturas que foram negadas e silenciadas nos currículos. Um marco que faz parte do processo de descolonização dos currículos da educação básica e superior é a promulgação da Lei 10639/2003, pois abriu caminhos para construção de uma educação antirracista e propõe mudanças nas representações da África e dos negros em materiais didáticos, tornando possível a emergência desses conhecimentos silenciados. Ainda é preciso ter mais iniciativas para a promoção da igualdade e que os conhecimentos dos povos negros e indígenas sejam um conteúdo a ser ensinado e que representem uma mudança estrutural no currículo.

A Lei 10639/2003, também considerada como potencial decolonizadora dos currículos escolares brasileiros, possui a função de inserir conteúdos que valorizem e reconheçam a história e a cultura do povo negro, sendo capaz de construir uma sociedade baseada na diversidade e na igualdade étnico-racial. A Lei possui o papel de exigir mudanças de práticas e a descolonização dos currículos do sistema de ensino do Brasil quanto ao ensino sobre o Continente Africano e os afro-brasileiros, valorizando as diferenças culturais que existem no contexto escolar.

Não basta o professor de Geografia somente descolonizar (sair da condição de colônia) e desconstruir (desfazer) o ensino, pois é preciso decolonizar (mudar quem está falando) a imagem dos povos africanos e afro-brasileiros demonstrada no Livro Didático, pois a disciplina é capaz de contribuir para a formação cidadã do estudante, ampliando a sua visão de mundo, necessária para a vivência no dia a dia da sociedade.

A representação do negro nas ilustrações dos Livros Didáticos de Geografia do 8° ano do Ensino Fundamental: Coleção A e Coleção B

Duas coleções de Livros Didáticos dos Anos Finais do Ensino Fundamental, aprovadas no PNLD do ano de 2014, compuseram o universo da pesquisa, identificando em cada uma delas a maneira como foi representado o povo negro. Dessas coleções, foram elencados os livros que trouxessem a temática da África e, assim, foram escolhidos os livros do oitavo ano para análise específica. As coleções foram identificadas em letras A e B, para não expor autores ou editores e permitir uma visualização menos relacionada à tradição de algumas obras.

O primeiro livro utilizado para a realização da análise, Coleção A, foi elaborado por autores formados em Bacharelado e Licenciatura em Geografia e em Ciências Sociais, com atuação como professores na rede pública e particular, também como autores de outras obras didáticas. O livro possui trezentas e quatro páginas, com onze capítulos divididos em quatro temas (unidades). Nesse livro, o conteúdo sobre o Continente Africano aparece na quarta unidade, sendo a última do livro, na qual está dividido em três capítulos, em destaque, o Capítulo 9: *A diversidade natural e cultural do Continente Africano*; no Capítulo 10: *Obstáculos ao desenvolvimento humano*; o Capítulo 11*: Economia e desenvolvimento humano na África*.

Nesses capítulos, foram localizados aspectos negativos, com destaque para a reprodução da imagem do negro em situações precárias, com trabalhos subalternos, com mão de obra não qualificada, com poucas imagens representando-os de maneira positiva, em contraposição a muitas paisagens naturais que representam a fauna, a flora, desertos e safaris do continente em questão. Com relação às imagens, torna-se necessário ressaltar que não se trata de impedir que essa realidade seja colocada em evidência, mas de não a retratar como a única possível, pois a frequência em que elas aparecem é grande e, muitas vezes, somente elas são mostradas, o que naturaliza uma situação sempre de precariedade para o povo negro. Esse é o problema de uma representação com apenas um ponto de vista.

Para começar a unidade, aparecem quatro imagens para representar o Continente Africano: o deserto do Saara (Tunísia), vegetação de savana com zebras e gnus no Parque Masai

Mara (Quênia), uma mulher negra caminhando em um bairro pobre da cidade de Lagos (Nigéria) e o estádio de futebol em Johannesburg (África do Sul) na época da Copa do Mundo, com pessoas brancas indo assistir a uma partida de futebol. Essas imagens são estereotipadas, porque enfatizam repetidamente imagens da vida selvagem, com animais e seus habitats, e em sua maioria, as pessoas brancas são apresentadas em situação positiva, tendo condições financeiras de pagarem um ingresso para assistirem aos jogos da Copa do Mundo, enquanto passa o discurso silencioso de que pessoas negras provavelmente trabalharam em alguma atividade dentro do estádio, reproduzindo a existência de desigualdade racial entre negros e brancos. Essas imagens reproduzem o Racismo Estrutural em que é "normal" a ausência de pessoas negras em atividades consideradas de uso da elite branca, pessoas negras em bairros pobres e a natureza como "exótica" e ultrapassada, existente na África.

Os capítulos que descrevem a diversidade presente no cotidiano relacionada ao clima, à vegetação, relevo, hidrografia, às diferentes culturas e civilizações são imagens que transmitem aspectos positivos da beleza do Continente Africano, porém mantêm a ideia de uma África de estereótipos, mostrando imagens molduradas de safaris e terras para serem desbravadas, escondendo a complexidade das perspectivas e possibilidades que o continente oferece. Durante a análise da representação do negro nesta unidade, foi encontrada uma imagem representando o aspecto positivo, que mostra chefes de Estado negros, em uma reunião de cúpula da União Africana, vestidos de forma a valorizá-los, com os seguintes trajes: terno e gravata e roupas africanas com desenho étnico. Essa imagem prestigia os povos negros e evidencia sua capacidade de gerenciar espaços de poder e promover a democracia.

O capítulo que trata sobre a economia e o desenvolvimento da África, aborda textos que transmitem miséria, fome, desnutrição, guerras, conflitos étnicos e desigualdade de produção em relação a outros países. Outro ponto a destacar foi a necessidade de retratar a África Subsaariana com a imagem de uma mulher negra africana trabalhando em condições precárias, em uma colheita manual de batatas. Considerando as categorias propostas por Silva (2011), foram identificados cinco grupos (**Quadro 1**) de representações gerais: 1) Negros em situação positiva (humanização, status socioeconômico, interação com outro povo e/ou etnia, assimilação); 2) Negros em situação negativa (adjetivação, em função subalterna ou em

minoria); 3) Brancos em situação positiva e 4) Brancos em situação negativa (considerando os parâmetros anteriores); 5) Paisagens Naturais (flora, fauna, relevo, hidrografia). Por meio dessa análise na Unidade África da Coleção A, foi possível observar:

Quadro 1 - Análise comparativa das imagens na Unidade África da Coleção A

Negros em situação positiva	11
Negros em situação negativa	10
Brancos em situação positiva	04
Brancos em situação negativa	00
Paisagens Naturais	28

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Diante do que foi apresentado, conclui-se que o livro analisado contemplou minimamente as demandas propostas pela Lei 10.639/2003, pois mesmo sendo aprovado no PNLD de 2014 e com uma melhora na qualidade do conteúdo, ainda há imagens que mostram o negro em papéis sociais subalternos e desvalorizados. Perduram, ainda, imagens que focam na depreciação do continente, como a fome, a miséria e a desigualdade social, reafirmando uma visão estereotipada que se tem da população negra e da África como sendo um continente primitivo, representando-os como se a subalternização fosse uma característica natural de todo continente.

O segundo livro analisado, Coleção B, foi elaborado por autores formados em Bacharelado e Licenciatura em Geografia, atuando como professores nas redes pública e particular. O livro estava composto por duzentas e quarenta páginas. Destaca-se a representatividade do negro e do Continente Africano em uma Unidade com três capítulos. O Capítulo 5: *O Continente Africano*; Capítulo 6: *África: aspectos da população e conflitos* e o Capítulo 7: *África: economia e meio ambiente*. Inicia-se o Capítulo 5 com a afirmação de que a África é um continente rico em paisagens naturais e culturais, colocando como exemplos três

imagens do Parque Nacional do Drakensberg, a cidade de Johannesburgo (África do Sul) e da cidade de Abidjan (capital de Costa do Marfim). No mesmo capítulo constam textos e imagens sobre a escravidão e o "tráfico de escravos" pelo navio negreiro, como uma forma natural de começar a história dos africanos a partir desse período de sofrimento, crueldade e opressão. Essa é uma das principais partes dos livros que precisam ser ressignificadas, pois reforçam o racismo estrutural, uma vez que repete constantemente a ideia de que o povo negro foi escravo e não escravizado.

Algumas figuras demonstram a imagem do negro em condições precárias e sem nenhuma importância, colhendo algodão e trabalhando em minas de cobre, bem como sendo explorado por europeus. Com a chegada dos colonizadores, os hábitos tradicionais da população africana foram modificados com a introdução do modo de vida e a cultura europeia na sociedade. O negro passou a consumir os produtos fabricados na Europa, como as roupas, e o idioma dos colonizadores passou a ser obrigatório nas escolas.

No capítulo que retrata os aspectos da população e os conflitos, a África é lembrada como o continente mais pobre do mundo e constam textos que mostram o discurso da África como continente da elevada mortalidade infantil, da pobreza e da fome, como também das doenças (AIDS). Ou seja, a ênfase foi nos aspectos negativos, que confirmam a ideia que é reproduzida pela mídia e em livros didáticos, construindo a imagem de um continente repleto de matas, vida selvagem, com tribos selvagens e habitantes negros com dificuldade de socializarem, uma África em total miséria, fome, marcada pelos conflitos étnicos. Além de apresentar imagens do negro relacionado à cultura, como a Capoeira, que foi desenvolvida pelos afrodescendentes, no Brasil, como uma luta para expressar resistência dentro das senzalas, uma combinação de arte marcial e luta camuflada de dança. Essa dança foi um importante recurso da resistência cultural, sobretudo corporal dos escravizados brasileiros.

Em relação à análise comparativa das imagens que constam na unidade África do Livro Didático da Coleção B (**Quadro 2**), com base nas categorias de Silva (2011), foi possível observar:

Quadro 2 - Análise comparativa das imagens na Unidade África da Coleção B

Negros em situação positiva	07
Negros em situação negativa	15
Brancos em situação positiva	04
Brancos em situação negativa	00
Paisagens Naturais	22

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Mesmo com a obrigatoriedade da Lei 10.639/2003 e o livro obtendo uma melhora na produção dos conteúdos, pode-se dizer que ainda constam estereótipos da população negra e do Continente Africano, que reforçam o racismo e a discriminação para esse grupo étnico, que está sendo tratado de forma inferior com sua cultura e seu costume desfavorecidos. Essas imagens são muito semelhantes à Coleção A, o que poderia indicar uma homogeneidade de pensamento racista em relação à África.

O Ensino de Geografia antirracista pode ser capaz de desfazer os aspectos eurocêntricos e negativos, que consideram somente os valores europeus, dando maior destaque à cultura europeia e desvalorizando os negros. Torna-se necessário decolonizar para poder formar cidadãos críticos e com visões diferentes de mundo, contribuindo com o combate ao racismo. Por isso, a importância de rever os conteúdos do Livro Didático adotado e inserir outras fontes de recursos didáticos que possam ser trabalhadas conjuntamente com o livro, com o intuito de obter outras visões sobre a questão étnico-racial, garantindo, dessa forma, o resgate da cultura africana e a valorização do povo negro de maneira igualitária.

Considerações finais

Neste trabalho, foi observado que os Livros Didáticos ainda necessitam receber maior atenção quanto à sua avaliação, pois apresentam conteúdos que ainda inferiorizam o negro, por exemplo, em atividades de baixo prestígio social, em paisagens que remetem à pobreza ou em situações desumanizantes. Por outro lado, as imagens em que o negro não aparece também trazem o discurso do silenciamento, como em locais de destaque.

Por meio da análise comparativa feita nos dois Livros Didáticos do 8° ano, foi possível verificar que a representação das paisagens naturais é mais usada na unidade África, e ainda é grande a quantidade de imagens que representam o negro de forma negativa, tanto na Coleção A quanto na Coleção B, mesmo após a implementação da Lei Federal 10639/2003. Quanto às imagens do negro em situação positiva, pode-se afirmar que houve uma pequena melhora. Contudo, é preciso urgência nas mudanças de conteúdo e principalmente de posturas no que diz respeito ao ensino de África e representação dos negros na educação brasileira.

É muito importante que os professores possuam formação continuada, pois possuem papel essencial para desconstruir as representações negativas com um olhar crítico ao livro, não permitindo que a escola adote materiais didáticos com ideias racistas e estereótipos do negro, e passe a trabalhar a diversidade étnica em sala de aula. Somente assim, a escola poderá caminhar rumo à valorização da cultura afro-brasileira e contribuir com uma educação antirracista.

Conclui-se este artigo com a certeza de que muito ainda deve ser feito para transformar de maneira positiva a imagem do negro no Livro Didático e suas representações, e cabe aos pesquisadores e professores de Geografia, em formação ou em exercício, bem como de outras disciplinas, denunciarem o racismo ainda presente nesses materiais. O correto seria que o PNLD fosse mais criterioso em relação à avaliação e excluísse coleções que trouxessem imagens depreciativas, seja do povo negro ou de qualquer outro ser humano. Por isso, torna-se necessária a recusa desse tipo de material, a não utilização em sala de aula e a devolução para suas instituições responsáveis.

Referências

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim; AROEIRA, Kalline Pereira; SERAFIM, Nadia Juliana Rodrigues. Formação docente e descolonização do currículo: Congo e Folia de Reis na Serra/ES. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 7, n. 22, p. 93-109, 2021.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012. Disponível em: http://www.curriculosemfronteiras.org/articles. htm. Acesso em: 04 jun. 2020.

MUNSBERG, João Alberto Steffen; FRICHS, Henri Luiz; SILVA, Gilberto Ferreira da. O currículo decolonial: da reflexão à colaboração intercultural. **Religare**, v. 16, n. 2, p. 593-614, dez. 2019.

OLIVEIRA, Ana Flávia Borges; SAMPAIO, Adriany de Ávila Melo. A representação do negro nos livros didáticos de Geografia do 8° ano do ensino fundamental: primeiras discussões. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 39, e58615, p. 211-237, jan. 2022.

OLIVEIRA, Caio Pinheiro. As representações sobre o negro nos livros didáticos antes e depois da lei 10639/03. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 4., 2017, Bahia. **Anais [...]**. Bahia: Universidade Estadual da Bahia/Campus XIV, 2017. Disponível em: http://www.ensinodehistoria2017.bahia.anpuh.org/resources/anais/8/1506700880_ARQUIVOARTIGOCOMPLETO-IVENCONTROESTADUALDEHISTORIA-CAIOPINHEIROOLIVEIRA.pdf. Acesso em: 25 de mai. de 2020.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. O currículo frente à insurgência decolonial: constituindo outros lugares de fala. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 12, n. 39, p. 196-209, jan./jun. 2019.

SANTOS, Renato Emerson dos. A lei 10.639 e o ensino de Geografia: construindo uma agenda de pesquisa-ação. **Revista Tamoios**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 1, p. 4-24, 2011.

SILVA, Ana Célia da. **A representação social do negro no livro didático**: o que mudou? Por que mudou?. Salvador: EDUFBA, 2011. 182 p. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8688/1/Ana%20Ceia%20da%20Silva.pdf. Acesso em: 21 jan. 2020.